

# POMARÃO: FALTA DE ACORDO COM ESPANHA PREOCUPA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO POMARÃO PREVÊ MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO, MAS AMBIENTALISTAS E ESPECIALISTAS ALERTAM PARA FRAGILIDADES NO PROJETO.

A solução de tomada de água no Pomarão é uma das medidas inscritas no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve para reforçar o abastecimento de água numa região sujeita a crescente escassez, mas o projeto está longe de ser consensual. O estudo de impacto ambiental (EIA) do projeto esteve em consulta pública entre 15 de março e 29 de abril, tendo reunido 242 contributos.

Promovido pela Águas do Algarve e desenvolvido pelo consórcio Aqualogus/TPF, este projeto prevê a construção de uma captação de água superficial na zona estuarina do rio Guadiana, a montante do Pomarão e de uma conduta adutora, com uma extensão de 37 km a 41 km (consoante o traçado escolhido), para transportar a água até à albufeira de Odeleite. O objetivo é reforçar a resiliência no sistema de Odeleite-Beliche, que serve de origem de água para abastecimento urbano ao sistema

cativos”, tendo em conta os estudos efetuados (que apontam para “uma reduzida significância das alterações hidrológicas e hidrodinâmicas na fase de exploração”), as condições de exploração previstas e a aplicação das medidas de minimização propostas.

## REGIME DE CAUDAIS POR DEFINIR

As conclusões do EIA não vieram descansar, contudo, ambientalistas e especialistas que alertam para as fragilidades do projeto. O que mais preocupa é o facto de este não ter sido negociado previamente com Espanha.

Esta é “a questão fundamental” para a organização não governamental ANP|WWF. “Percebemos que, tecnicamente, seja uma solução interessante”, observa Afonso do Ó, técnico da ANP|WWF, que é pós-doutorado em Gestão de

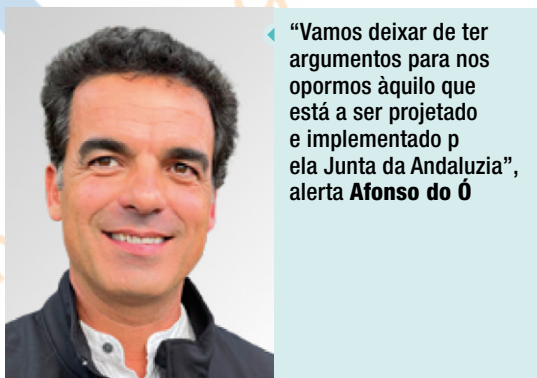
Secas em Bacias Internacionais pelas Universidades do Algarve e Sevilha, mas o processo “está envenenado à partida”. Se a captação avançar “sem acordo prévio com Espanha”, afirma, “vamos deixar de ter argumentos para nos opormos àquilo que está a ser projetado e implementado pela Junta da Andaluzia”. Desde há muito que existe, do outro lado da fronteira, uma captação na foz do rio Chança que retira cerca de 75 hm<sup>3</sup> para abastecer áreas de regadio em Huelva, havendo ainda planos anunciados para reforçar esta captação para 150 hm<sup>3</sup>. A captação Boca-Chança era “supostamente de emergência”, recorda Afonso do Ó, mas “nunca foi admitida por Portugal no âmbito da Convenção da Albufeira e ficou sempre por definir qual seria o volume de captação aceitável”. Esta indefinição decorre do facto de não ter sido ainda acordado, ao abrigo da Convenção, um regime de caudais

**Do Alqueva depende todo um “ecossistema agrícola”, envolvendo “muitas empresas e milhares de postos de trabalho”. “Se o secamos, além da catástrofe ambiental, teríamos também uma catástrofe económica e social”**

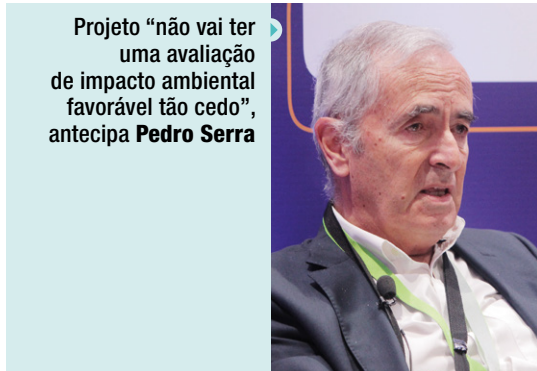
multimunicipal do Algarve. Atualmente, os consumos anuais dependentes deste sistema ascendem a 75 hm<sup>3</sup>, dos quais 45 hm<sup>3</sup> são para abastecimento urbano, prevendo-se, com a nova captação, uma contribuição média entre 16 e 21 hm<sup>3</sup>.

Segundo o EIA, a captação do Pomarão deverá funcionar 7 meses por ano, entre outubro e abril e o “volume captado será no máximo metade da diferença entre o caudal que circula no Pomarão e o regime de caudal ecológico estabelecido para esta secção”. Está ainda prevista a interrupção do bombeamento nos meses excecionalmente secos, como definido no Protocolo de Revisão da Convenção de Albufeira e assim que for atingido um volume anual de 30 hm<sup>3</sup> ou a capacidade de armazenamento do sistema Odeleite-Beliche (164 hm<sup>3</sup>).

A captação no Guadiana deverá afetar o estado ecológico da água do estuário, a qualidade da água das albufeiras de Odeleite e Beliche e contribuir para a alteração e fragmentação de habitats e para a disseminação de espécies exóticas invasoras aquáticas, pode ler-se no estudo, no entanto, “os principais impactes negativos potenciais do projeto são minimizáveis e pouco significativos se aplicadas as medidas previstas no EIA”. Os impactes transfronteiriços do projeto também foram considerados “pouco signifi-



◀ “Vamos deixar de ter argumentos para nos opormos àquilo que está a ser projetado e implementado pela Junta da Andaluzia”, alerta Afonso do Ó



▶ Projeto “não vai ter uma avaliação de impacto ambiental favorável tão cedo”, antecipa Pedro Serra

mínimos (anual e trimestral) na secção do Pomarão, para assegurar o bom estado do estuário do Guadiana, ao contrário do que sucede noutras bacias partilhadas com Espanha, apesar dos vários estudos já realizados sobre o tema. “Não sabendo qual é caudal ecológico que tem de ser respeitado, não sabemos o que é que sobra para que Espanha possa captar X para o regadio de Huelva e o Algarve possa captar X para o regadio do Algarve”, resume.

Pedro Serra também entende que o projeto não devia avançar sem que seja definido o regime de caudais para a secção do Pomarão, ainda mais tendo em conta que as autoridades do país vizinho reivindicam mais água para a Andaluzia. “Devíamos corresponder àquilo que foi a aceitação pelo lado espanhol das nossas propostas para a secção de Badajoz, com igual cortesia no que diz respeito às condições de caudais para a secção de Pomarão”, recomenda o consultor. O objetivo de utilizar os recursos financeiros do PRR, que obriga a que todos os investimentos estejam concretizados até 2026, tampouco justifica o avanço sem acordo: o projeto “não vai ter uma avaliação de impacto ambiental favorável tão cedo”, antecipa Pedro Serra.

Quando há o desenvolvimento de projetos de captação com potencial impacto na bacia par-

tilhada, tanto Portugal como Espanha estão obrigados a cumprir o disposto nas diretivas comunitárias relativas à avaliação de impacto ambiental. Além disso, “a Convenção de Albufeira estabelece que, sempre que se trate de captações de água que superem os 40 hm<sup>3</sup> (no caso do Guadiana) tendo como destino a mesma bacia ou de transferência de águas para outra(s) bacia(s) hidrográfica(s) em volume que exceda os 5 hm<sup>3</sup>/ano, o projeto deve sujeitar-se a um processo de avaliação de impacto transfronteiriço”, esclarece Amparo Sereno Rosado, professora de Direito do Ambiente no ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, que se doutorou pela Universidade Católica Portuguesa, em 2010, com uma tese sobre regiões hidrográficas internacionais. Ainda assim, para cumprir a legislação e a própria Convenção, “basta que Portugal inicie um procedimento de avaliação de impacto transfronteiriço em que Espanha deve ser consultada e dar o seu parecer (positivo, negativo ou condicionado)”, conclui a especialista. No relatório da consulta pública ao Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Guadiana, a Agência Portuguesa do Ambiente esclarecia que tinha sido criado um grupo *ad hoc*, na sequência da 20.ª Reunião Plenária da CADC em 2017, para definir este regime de caudais, mas que ainda

“Se nós captamos tudo pelo caminho, depois não vai chegar nada ao estuário”, avisa José Pedro Salema



© José Alex Gandum



“A compreensão da dinâmica do sal dentro dos estuários é uma coisa extremamente complicada de fazer e que precisa de observações em contínuo”, sublinha Erwan Garel

## POUCOS DADOS SOBRE SALINIDADE

Há também receios de que a nova captação possa contribuir para o avanço da cunha salina. Sendo muito comprido e estreito, “o estuário do Guadiana é muito sensível a variações de descarga de água doce”, explica o investigador Erwan Garel, do CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Algarve, o que origina grandes variações nos níveis de salinidade observados. “Podemos ter água salgada, no limite, na foz, ou até Pomarão, que são 50 quilómetros acima”, ilustra. Para Erwan Garel, é fundamental “entender o que realmente vai acontecer na intrusão salina”, com o avanço de uma nova captação no Pomarão, mas a falta de dados em contínuo sobre os níveis de salinidade no estuário faz com que os estudos existentes sobre este potencial impacto se baseiem em modelos “muito simplificados” que poderão não corresponder à realidade. “Tenho muitas dúvidas sobre os resultados apresentados”, diz. No EIA, refere-se que o estudo de modelação matemática do comportamento da cunha salina no estuário do rio Guadiana, efetuado no âmbito do projeto, “permitiu concluir que a exploração da captação, embora introduzindo uma redução da corrente resultante (para vazante),

## A captação no Guadiana deverá afetar o estado ecológico da água do estuário, a qualidade da água das albufeiras de Odeleite e Beliche e contribuir para a alteração e fragmentação de habitats e para a disseminação de espécies exóticas invasoras aquáticas, pode ler-se no estudo de impacto ambiental

não fora alcançado um consenso entre as partes, apontando-se para que este fosse atingido em 2024. Entretanto, em maio, o primeiro-ministro Luís Montenegro afirmou que Portugal estava em conversações com Espanha para “promover o acelerar do processo”.

### IMPACTO NO SISTEMA DE ALQUEVA

A Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), que tem a obrigação de assegurar o caudal ecológico na secção do Pomarão, também deixa alertas para os impactos deste projeto na relação com Espanha e no próprio sistema de Alqueva. O receio é que a nova captação obrigue este sistema “a libertar caudais adicionais”, quando este se encontra já sob “uma pressão muito grande”, realça José Pedro Salema, e está ainda “a três ou quatro anos do pedido máximo”. Até 2025, está em curso a expansão da área de regadio em mais 20 mil hectares. Pressão ainda maior quando, do outro lado da fronteira, já existe uma captação de 75hm<sup>3</sup>, a que Portugal deu apenas “uma autorização provisória”, mas que se mantém até hoje e se conhecem planos na forja para aumentar a sua capacidade. “Se nós captamos tudo pelo caminho,

depois não vai chegar nada ao estuário”, resume o presidente da EDIA. “No fundo, vamos dar trunfos a Espanha para conseguir as suas ambições e vamos ou libertar mais água [de Alqueva] e, portanto, pôr em causa o sistema já instalado; ou, então, sacrificar o ambiente”, antecipa José Pedro Salema. “Nenhuma das duas é interessante”, conclui.

No projeto do Pomarão, sublinha-se que se pretende apenas captar volumes em excesso, além do caudal ecológico libertado pelo sistema de Alqueva, mas isto não tranquiliza a EDIA. Olhando para a série de dados históricos, José Pedro Salema nota que “muito poucas vezes, haverá esta situação de excedente” e, quando isso acontece, “são momentos em que as albufeiras do Algarve também estão muito cheias” e em que, por isso, “não fará muito sentido captar”. A questão não se coloca no imediato, mas deve ser acautelada para o futuro. “O sistema do Alqueva foi projetado para aguentar secas prolongadas”, recorda José Pedro Salema, e dele depende todo um “ecossistema agrícola”, envolvendo “muitas empresas e milhares de postos de trabalho”, que não deve ser posto em causa: “Se o secamos, além da catástrofe ambiental, teríamos também uma catástrofe económica e social”.

não introduz em geral alterações significativas na hidrodinâmica do estuário”. Além disso, são propostas medidas para a fase de operação, nomeadamente a interrupção da captação no Pomarão “se eventualmente forem excedidos os valores de salinidade”.

Apesar de existir uma monitorização da APA do estuário, esta é feita “quatro vezes por ano”, avalia Erwan Garel, e sem considerar “as descargas dos dias ou semanas anteriores” ou o impacto do ciclo da maré na intrusão salina, para garantir que a salinidade é medida “quando a maré está no máximo da cheia”. “A modelização e a compreensão da dinâmica do sal dentro dos estuários é uma coisa extremamente complicada de fazer e que precisa de dados, de observações em contínuo”, sublinha o especialista.

A solução de tomada de água no Pomarão é financiada pelo PRR em 61,5 milhões e terá, por isso, de estar finalizada até ao final de 2026. Já há, de resto, algum atraso face à programação inicial: segundo a calendarização do PRR, previa-se a obtenção da Declaração de Impacte Ambiental para o terceiro trimestre de 2023 e a entrada em funcionamento no quarto trimestre do próximo ano.

JOANA FILIPE